

Actualizado a 25/02/2015, 13:26 Cidade da Praia, 25 Fev (Inforpress) - O deputado do MpD (oposição) Jorge Nogueira acusou hoje o Governo de não dar a devida atenção aos deslocados de Chã das Caldeiras, principalmente na atribuição de casas condignas, 93 dias após o início da erupção vulcânica. “Hoje, ainda nada melhorou. Pelo contrário, dado que a situação habitacional e alimentar (dos deslocados de Chã) é indigna e, em muitos casos, desumana”, disse o parlamentar, para quem pode-se encontrar famílias com até 18 agregados morando numa casa pequena e outras com crianças com meses que continuam a habitar casas sem portas ou janelas. Na sua visão, também é “inadmissível”, num país de rendimento médio, que pessoas continuem a morar em tendas e expostas ao sol ou frio, enquanto o Governo tem 112 casas prontas e de portas fechadas há nove meses. Estão prontas, mas está-se à espera para estar mais próximo da campanha para poderem ser distribuídas para que o PAICV tenha garantias de voto, alegou, antes de recordar que o primeiro-ministro, José Maria Neves, e o ministro do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território, Antero Veiga, prometeram a sua distribuição para os deslocados de Chã das Caldeiras. “Pelos vistos, foi mais uma promessa e apenas para terem moral para lançar o apelo à cooperação internacional”, acusou o deputado, dando conta de outras dificuldades por que passam as pessoas alojadas em Monte Grande sem água durante dias, da distribuição de géneros alimentícios, “que mais parece uma esmola”, além de ser insuficientes em quantidade e qualidade. Jorge Nogueira elogiou, contudo, os esforços que vêm sendo feitos pela Câmara dos Mosteiros e pela Cruz Vermelha nesse município, onde os deslocados estão melhor amparados e questionou o Governo sobre onde param os recursos nacionais para fazer face a uma situação de catástrofe, como é o caso. O deputado do MpD referia-se concretamente aos 250 mil contos do Fundo criado em 1998 para ajudar também situações de catástrofe, aos 45 mil contos inscritos no Orçamento do Estado para atender às necessidades de Chã das Caldeiras e também aos 0,5% do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) que deverão render cerca de 30 mil contos. No rol de críticas de Jorge Nogueira, não faltaram suspeições sobre a falta de transparência na gestão das ajudas já disponibilizadas para o Fogo e as vítimas da erupção vulcânica, ao que os parlamentares do PAICV responderam que o deputado deveria ter cuidado para não por em risco as relações de Cabo Verde com os seus parceiros internacionais. Lívio Lopes qualificou de “monstruosa” a mensagem que o deputado do MpD tem transmitido sobre o Fogo desde a segunda semana deste mês, criando confusão e instigando à desordem, sem esquecer que muitos estão a reivindicar condições às quais não têm direito. Reiterou que, no entender do PAICV, o que vai ser feito é a reconstrução do Fogo, de modo a não repetir a situação de 1995, quando o Governo do MpD levou nove meses para realojar as pessoas de Chã das Caldeiras, oferecendo casas sem casas de banho, sem luz e sem água, para além de ter gerado uma situação “caótica”. Segundo Júlio Correia, há muita má fé nas críticas do deputado da minoria, ao que se junta a ideia de que entrou muito dinheiro em ajudas (internas e externas) na sequência da erupção vulcânica que começou a 23 de Novembro de 2014. Lembrou que os recursos prometidos ainda não chegaram todos e que 110 casas estão a ser remodeladas, representando um investimento de mais de 20 milhões de dólares, para considerar como injusta a pressão que o MpD vem fazendo, porque se passaram apenas três meses após essa catástrofe. Pediu, por isso, um discurso “coerente, justo e sereno”, além de um esforço para não prejudicar as relações de Cabo Verde com os seus parceiros internacionais e que prontamente responderam ao pedido de apoio do Governo para ajudar a reconstrução do Fogo e os deslocados de Chã das Caldeiras. AB Inforpress/Fim